Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0603-74E0
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Nível Delegado (N3 + N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

No bojo de ação penal de iniciativa privada movida por Rodolfo e Selma (querelantes) em face de Tadeu e Ulisses (querelados), por crimes contra a honra praticados contra aqueles, Rodolfo fez juntar aos autos uma petição, na qual perdoou o querelado Tadeu, com quem firmara um acordo de reparação civil pelos danos causados pelo crime praticado contra si. O Juiz da causa determinou a intimação dos querelados, para que se manifestassem sobre a petição de Rodolfo. Em resposta, Tadeu aceitou o perdão, ao passo que Ulisses requereu que o perdão concedido a Tadeu se estendesse a ele, desde já o aceitando. Diante do caso narrado, deverá o Magistrado

(A) não declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma e determinar o prosseguimento do processo.

(B) declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma, em relação a ambos os querelados, e determinar o arquivamento do processo.

(C) declarar extinta a punibilidade do fato criminoso praticado contra Rodolfo, em relação a ambos os querelados, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao crime praticado contra Selma.

(D) declarar extinta a punibilidade do fato criminoso praticado contra Rodolfo, somente em relação ao querelado Tadeu, absolvendo-o, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao querelado Ulisses.

(E) declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma, somente em relação ao querelado Tadeu, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao querelado Ulisses.

Questão 02

Em um terminal rodoviário, Renan retirou a carteira da bolsa de uma passageira distraída e se afastou caminhando entre as pessoas. A vítima percebeu a subtração no mesmo instante e gritou; um segurança, que acompanhou toda a ação sem perder Renan de vista, alcançou-o cerca de dois minutos depois, a poucos metros dali, e recuperou a carteira intacta.

No mesmo dia, em um estacionamento, Otávio abriu a porta destrancada de um automóvel e, quando já estendia o braço para apanhar uma mochila deixada no banco traseiro, foi surpreendido pelo proprietário e fugiu sem levar nada.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) Renan responde por furto consumado, pois teve a posse da coisa, ainda que breve e vigiada; Otávio, por furto tentado, com redução tanto maior quanto mais longe ficou da consumação.

(B) Renan responde por furto tentado, pois nunca teve a posse mansa e pacífica da carteira; Otávio, por furto tentado, com redução de pena graduada conforme o caminho percorrido no crime.

(C) Renan e Otávio respondem por furto consumado, pois o simples contato com a coisa alheia, seguido de fuga, basta para consumar o furto, ainda que o bem não seja levado.

(D) Renan responde por furto consumado; Otávio não responde por furto, pois desistiu voluntariamente de prosseguir na execução, respondendo apenas pelos atos já praticados.

(E) Renan responde por furto consumado; Otávio, por furto tentado, com redução de um a dois terços graduada pelas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

Questão 03

Caio, multirreincidente em crime doloso, foi condenado, definitivamente, pela prática de determinada infração penal, ao cumprimento de seis anos de detenção, além do pagamento de multa. Registre-se que, na primeira fase da dosimetria da pena, o juízo considerou a presença de três circunstâncias judiciais desfavoráveis. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio iniciará o cumprimento da pena em regime

(A) fechado, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

(B) semiaberto, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

(C) aberto, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

(D) fechado, ficando sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

(E) semiaberto, ficando sujeito a trabalho fora do estabelecimento e sem vigilância.

Questão 04

Analise as situações a seguir, considerando as disposições do Código Penal sobre o crime de dano, a ação penal correspondente e as imunidades nos crimes contra o patrimônio.

I. Rui, inconformado com a cobrança de uma tarifa, quebrou a vidraça de uma agência de sociedade de economia mista estadual. Responde por dano qualificado, e a ação penal é pública incondicionada.

II. Sérgio, de 30 anos, durante discussão com o pai, Olavo, de 52 anos, destruiu o notebook dele, sem violência ou grave ameaça a pessoa. Embora o fato seja típico, Sérgio é isento de pena.

III. Tales ateou fogo, com gasolina, ao automóvel do vizinho, estacionado em terreno isolado, sem expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem. Responde por dano qualificado, mas, por se tratar de bem particular, somente se procede mediante queixa.

IV. Valdir, para se vingar de um ex-sócio, destruiu um equipamento deste, causando-lhe prejuízo considerável. Responde por dano qualificado, e a ação penal é pública incondicionada, como nas demais formas qualificadas do delito.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e IV, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e IV, apenas.

Direito Processual Penal

Questão 05

No curso de inquérito policial que apura estelionatos praticados contra diversos idosos, o delegado de polícia, diante de notícias de que o investigado vinha procurando as vítimas para dissuadi-las de prestar depoimento, representou ao juízo competente pela imposição, cumulativa, de proibição de manter contato com elas e de comparecimento periódico em juízo.

Considerando a disciplina das medidas cautelares pessoais no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Recebida a representação, o juiz, em regra, determinará a intimação do investigado para se manifestar em cinco dias, ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, que deverão ser justificados com elementos do caso concreto.

II. Ainda que não houvesse representação nem requerimento, o juiz poderia, no curso do inquérito, impor de ofício ao investigado as cautelares diversas da prisão, por serem menos gravosas que a preventiva.

III. Se o delegado tivesse representado diretamente pela prisão preventiva, a decretação exigiria a demonstração, fundamentada e individualizada, de que nenhuma outra medida cautelar seria suficiente.

IV. As cautelares diversas da prisão podem ser impostas na apuração de infração à qual a lei comine exclusivamente pena de multa, desde que presentes a necessidade e a adequação da medida.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e IV, apenas.
(E) I, III e IV, apenas.

Questão 06

Lauro foi condenado por furto à pena de 2 anos de reclusão. Somente a defesa apelou, sustentando nulidade por cerceamento de defesa, porque o juiz indeferira, sem fundamentação, prova pericial requerida a tempo. O tribunal acolheu o recurso e anulou a sentença. Reaberta a instrução e realizada a perícia, o juiz proferiu nova sentença condenatória e, reavaliando as circunstâncias judiciais, fixou a pena em 3 anos de reclusão.

Em outro processo, Marta foi absolvida, e apenas o Ministério Público apelou, discutindo exclusivamente a suficiência das provas. Ao julgar o recurso, o tribunal, por iniciativa própria, anulou a sentença por vício na intimação de uma testemunha arrolada pela acusação, ponto não suscitado nas razões recursais.

Considerando os efeitos dos recursos e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) a nova pena de Lauro pode chegar a 3 anos, porque a nulidade foi reconhecida a pedido da própria defesa, e o tribunal podia anular a sentença de Marta pelo efeito devolutivo amplo.
(B) a nova pena de Lauro não pode superar 2 anos, mas o tribunal podia anular a sentença de Marta, pois as nulidades absolutas são reconhecíveis de ofício e a qualquer tempo.
(C) a nova pena de Lauro pode chegar a 3 anos, pois a sentença anulada não produz efeito algum, e é nula a anulação, contra Marta, de vício não arguido pela acusação.
(D) a nova pena de Lauro não pode superar 2 anos, pela vedação da reformatio in pejus indireta, e é nula a anulação, contra Marta, de vício não arguido no recurso da acusação.
(E) a nova pena de Lauro não pode superar 2 anos, e o tribunal podia anular a sentença de Marta, pois a vedação de reconhecer nulidade não arguida só protege o réu já condenado.

Questão 07

No curso do inquérito policial, a prisão preventiva do indiciado foi decretada como garantia da ordem pública. Instaurada a ação penal, verificando que o réu tinha residência e emprego certos, e bons antecedentes, o juiz revogou a prisão. Ainda durante a instrução, testemunhas arroladas pela acusação passaram a receber ameaças do acusado. De acordo com a narrativa e em relação às medidas cautelares pessoais, analise as afirmativas a seguir: I. O juiz poderá redecretar a prisão do acusado, para garantia da aplicação da lei penal, pois a medida visa assegurar diretamente a eficácia do resultado do processo, com um possível provimento condenatório; presentes, todavia, os indícios suficientes do crime e de sua autoria. II. O juiz poderá redecretar a custódia cautelar de caráter instrumental, por conveniência da instrução criminal, estando presentes o fumus commissi delicti e o periculum libertatis. III. Ainda que a redecretação da prisão preventiva não seja admitida na fase em que se encontra o processo, o perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado pode justificar a aplicação de medidas cautelares pessoais. IV. Não é dado ao juiz redecretar a prisão preventiva, cabendo ao tribunal, em recurso exclusivo da acusação, postular a manutenção ou não da custódia cautelar. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) III e IV, apenas.

Questão 08

Paulo e Raul foram condenados, cada um, a uma pena de 9 anos de reclusão, em regime semiaberto, em razão da prática do crime de roubo triplamente agravado contra Roberto. Paulo interpôs recurso de apelação requerendo a diminuição de sua pena. Nela, alegava que sua primariedade e sua menoridade relativa não foram levadas em consideração na sentença. Raul igualmente recorreu. Contudo, postulou sua absolvição, alegando a nulidade do processo em razão de inépcia da denúncia. O Ministério Público, por sua vez, recorreu para modificar o regime de pena para fechado, mas não a pena. Já Roberto, que não se habilitou como assistente de acusação no curso do processo, interpôs recurso de apelação dez dias depois de decorrido o prazo do Ministério Público, com vistas a agravar a pena dos condenados. Diante desse cenário recursal, assinale a afirmativa correta.

(A) O recurso de Paulo não poderá ser aproveitado por Raul e o recurso deste não aproveitará a Paulo; já o recurso de Roberto não poderá ser conhecido, pois o Ministério Público recorreu.

(B) O recurso de Paulo poderá ser aproveitado por Raul e o recurso deste poderá aproveitar a Paulo; já o recurso de Roberto poderá ser conhecido.

(C) O recurso de Raul poderá ser aproveitado por Paulo e o recurso deste não aproveitará a Raul; já o recurso de Roberto poderá ser conhecido.

(D) O recurso de Raul não poderá ser aproveitado por Paulo e o recurso deste poderá aproveitar a Raul; já o recurso de Roberto não poderá ser conhecido, pois intempestivo.

(E) O recurso de Paulo poderá ser aproveitado por Raul; já o recurso de Roberto não poderá ser conhecido por ausência de interesse recursal.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09

Maria, residente e domiciliada no diminuto Município Alfa , vem sendo vítima de frequentes agressões perpetradas pelo seu companheiro Caio. Registre-se que, em razão dos eventos, Maria procurou, com urgência, o auxílio das autoridades públicas competentes. Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, pelo (a)

(A) autoridade judicial; pelo Promotor de Justiça, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca e não houver representante do Ministério Público disponível no momento da denúncia.

(B) autoridade judicial; pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

(C) Promotor de Justiça; pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

(D) Promotor de Justiça; ou pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.

(E) autoridade judicial; ou pelo Promotor de Justiça, quando o Município não for sede de comarca.

Questão 10

Em patrulhamento, policiais abordaram três pessoas em situações distintas, e as ocorrências foram apresentadas ao delegado de polícia de plantão. Jonas trazia consigo 25 g de maconha em uma única porção e nada mais. Kléber trazia 30 g de maconha divididas em dezenas de pequenas porções, além de balança de precisão e de anotações de vendas no celular. Diego guardava em casa 60 g de maconha, mas apresentou elementos consistentes de que a droga se destinava ao seu consumo.

Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 506 da repercussão geral, analise as afirmativas a seguir.

I. Quanto a Jonas, presume-se o porte para uso próprio; a droga deve ser apreendida e ele, notificado a comparecer em juízo, sem que a conduta constitua infração penal.

II. Quanto a Kléber, como a quantidade é inferior a 40 g, a presunção de uso próprio impede a lavratura do auto de prisão em flagrante por tráfico.

III. Se o delegado afastar a presunção em relação a Kléber, deverá consignar no auto de prisão em flagrante justificativa minuciosa, vedada a invocação de critérios subjetivos arbitrários.

IV. Quanto a Diego, a quantidade superior a 40 g não impede que o juiz conclua pela atipicidade da conduta, se houver nos autos prova suficiente da condição de usuário.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 11

Em inquérito policial que apura a atuação de organização criminosa voltada a fraudes bancárias, o delegado de polícia adotou as providências a seguir.

I. Requisitou diretamente a uma empresa de telefonia, sem prévia autorização judicial, o nome completo, a filiação e o endereço de um dos investigados, constantes dos cadastros da empresa.

II. Diante da recusa injustificada do gerente de uma instituição financeira em fornecer dados cadastrais requisitados no curso da investigação, determinou a apuração do crime previsto na própria Lei nº 12.850/2013 para essa conduta.

III. Designado o depoimento de um investigado, indeferiu o pedido de seu defensor de vista prévia dos autos, por entender que, classificados os autos como sigilosos, o acesso só seria possível após a conclusão do inquérito.

IV. Decretado o sigilo da investigação pela autoridade judicial, informou ao defensor de outro investigado que o acesso aos elementos de prova já documentados não abrange os referentes às diligências ainda em andamento.

Considerando a Lei nº 12.850/2013 e a jurisprudência do STF, são compatíveis com a lei as providências descritas em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 12

Éverton cumpre pena em regime semiaberto e foi preso em flagrante pela prática de roubo durante o período em que exercia trabalho externo. O diretor do estabelecimento não instaurou procedimento administrativo disciplinar e comunicou o fato diretamente ao juízo da execução, que designou audiência de justificação, na qual Éverton foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público. A ação penal pelo roubo ainda não foi julgada.

Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da falta grave decorrente do roubo não depende do trânsito em julgado de eventual condenação pelo novo crime.

II. A oitiva de Éverton em audiência de justificação, realizada na presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade do prévio procedimento administrativo disciplinar.

III. Reconhecida a falta grave, interrompe-se a contagem do prazo para a obtenção de indulto e de comutação de pena.

IV. A regressão de regime em razão da falta grave dispensa a prévia oitiva do condenado, bastando decisão fundamentada do juiz da execução.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Direito Constitucional

Questão 13

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou lei que disciplina a remuneração de servidores do Poder Executivo estadual, sancionada pelo Governador. Um partido político com representação na Assembleia ajuizou, no Tribunal de Justiça, representação de inconstitucionalidade contra a lei, apontando violação a dispositivo da Constituição estadual que reproduz norma da Constituição Federal de observância obrigatória pelos estados.

Duas semanas depois, o Procurador-Geral da República ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade contra a mesma lei, apontando ofensa à norma correspondente da Constituição Federal.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF sobre o controle concentrado de constitucionalidade nos estados, é correto afirmar que

(A) o partido político não tem legitimidade, pois a representação estadual cabe exclusivamente ao Procurador-Geral de Justiça, por simetria com o modelo federal.

(B) a ação direta no STF deve ficar suspensa até o julgamento da representação estadual, por ter sido esta ajuizada primeiro, com prevenção do Tribunal de Justiça.

(C) o Tribunal de Justiça é incompetente para a representação, pois o parâmetro invocado reproduz norma da Constituição Federal, e o processo deve ser extinto.

(D) as duas ações tramitam de forma independente, e cada decisão produzirá efeitos apenas no âmbito do respectivo tribunal, sem interferência recíproca.

(E) a representação estadual deve ter o curso suspenso até o julgamento da ação direta pelo STF, cuja decisão sobre a lei vinculará o Tribunal de Justiça.

Questão 14

Na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, tramitam quatro propostas de emenda à Constituição estadual sobre o controle externo.

A primeira atribui à Assembleia a escolha de cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, cabendo ao Governador a escolha dos outros dois, livremente. A segunda autoriza o Município Beta, o mais populoso do estado, a criar, por lei municipal, o seu próprio Tribunal de Contas. A terceira cria, como órgão estadual, um Tribunal de Contas dos Municípios, encarregado de auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo. A quarta prevê que o parecer prévio sobre as contas anuais do prefeito só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A primeira proposta é válida, pois a Constituição Federal deixa à Constituição estadual a forma de escolha dos conselheiros, exigindo apenas que sejam sete.

(B) A segunda proposta é válida, pois a Constituição Federal admite tribunal de contas próprio em municípios de grande porte, como já ocorre em algumas capitais.

(C) A quarta proposta é válida, pois o quórum para afastar o parecer prévio sobre as contas do prefeito pode ser fixado livremente pela Constituição estadual.

(D) A terceira proposta é válida, pois a Constituição Federal veda que os municípios criem tribunais de contas, mas não impede o estado de instituir órgão estadual para esse fim.

(E) A terceira proposta é inválida, pois o controle externo dos municípios cabe exclusivamente ao Tribunal de Contas do Estado, que não pode ser substituído por outro órgão.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15

A Câmara Municipal de São Paulo almeja realizar uma licitação para a contratação de determinado serviço qualificado como especial, ou seja, dotado de alta complexidade, no âmbito da tecnologia da informação, o qual não é rotineiramente contratado pela Administração. Em razão disso, os agentes competentes estão analisando as peculiaridades atinentes ao respectivo procedimento licitatório. Acerca dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

(A) a modalidade de licitação a ser utilizada deve ser o pregão.

(B) não é possível a utilização do critério de técnica e preço para o julgamento das propostas.

(C) o procedimento licitatório não pode ter por objetivo o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

(D) não é exigida a justificação prévia do contratante para a caracterização do serviço especial em questão.

(E) poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

Questão 16

Uma sociedade de economia mista estadual, que explora atividade econômica em regime de concorrência, estuda três medidas de reestruturação: dispensar parte dos empregados admitidos por concurso público, alienar o controle acionário de uma de suas subsidiárias e criar uma nova subsidiária, com base em autorização genérica prevista na lei que autorizou a sua própria criação.

Ao mesmo tempo, a procuradoria do estado analisa a situação de outra sociedade de economia mista estadual, que presta serviço público essencial em regime não concorrencial e sofreu penhora de bens em execução movida por fornecedor.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A dispensa dos empregados concursados exige motivação em ato formal, com fundamento razoável, sem necessidade de processo administrativo ou de justa causa.

(B) A alienação do controle da subsidiária exige autorização legislativa específica e licitação, nos mesmos moldes da alienação do controle da empresa-matriz.

(C) A criação da nova subsidiária depende de lei específica para o caso, não bastando a autorização genérica prevista na lei que autorizou a criação da matriz.

(D) Por atuar em regime de concorrência, a empresa pode dispensar os empregados concursados sem motivação, como faria qualquer empregador privado regido pela CLT.

(E) A sociedade prestadora de serviço público em regime não concorrencial submete-se à execução comum, e seus bens podem ser penhorados como os de qualquer empresa.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17

Rogério, agente de polícia judiciária estável da Polícia Civil do Paraná, passou a responder a processo administrativo disciplinar por transgressão punida abstratamente com pena máxima de suspensão de vinte dias, que causou dano a uma viatura. Ele não está cumprindo pena disciplinar e, três anos antes, havia celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta, integralmente cumprido. Sete dias úteis depois de notificado da condição de acusado, Rogério requereu ao presidente do processo a celebração de novo termo, comprometendo-se a ressarcir o dano.

Considerando a Lei estadual nº 21.894/2024 (Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná), analise as afirmativas a seguir.

I. O pedido é tempestivo e deve ser encaminhado imediatamente ao Corregedor Geral; se este o indeferir motivadamente, caberá recurso ao Conselho Superior de Polícia, em dez dias úteis contados da notificação do servidor.

II. O termo anterior impede a nova celebração, pois o registro nos assentamentos funcionais obsta o mesmo benefício pelo prazo de cinco anos, contados da publicação do instrumento.

III. Celebrado o termo, ficam suspensos a prescrição e o curso do processo disciplinar até que o Corregedor Geral receba a comunicação de cumprimento ou de descumprimento das condições.

IV. A celebração do termo não implica confissão dos fatos, mas, uma vez cumprido, ele passa a constar da certidão de antecedentes disciplinares de Rogério, para fins de reincidência.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 18

Paula, delegada de polícia estável da Polícia Civil do Paraná, foi promovida ao nível que hoje ocupa há um ano e dois meses. Há cinco anos consecutivos, está lotada em unidade policial que o Conselho Superior da Polícia Civil classificou como de difícil provimento e, durante todo esse período, residiu em município integrante da comarca da unidade.

Em processo disciplinar, Paula recebeu pena de repreensão, registrada em seus assentamentos funcionais quatro meses antes da data de abertura do processo de promoção. Ela tem conceito global satisfatório na avaliação de desempenho, atende às exigências da modalidade de promoção pretendida e nunca foi promovida com redução de interstício.

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, com as alterações posteriores, é correto afirmar que Paula

(A) pode concorrer com o interstício reduzido, benefício que se repetirá em todas as promoções futuras enquanto permanecer na unidade.

(B) não pode concorrer à promoção, pois registra punição administrativa nos dois anos anteriores à data de abertura do processo de promoção.

(C) não pode concorrer à promoção, pois o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível não admite nenhuma redução.

(D) pode concorrer e, cumprido o interstício reduzido, tem direito subjetivo à promoção, com

efeitos desde a abertura do processo.

(E) pode concorrer à promoção, pois tem o interstício reduzido pela metade, e a repreensão, registrada há mais de noventa dias, não a impede.

Direitos Humanos

Questão 19

Lívia, pessoa com deficiência visual, foi aprovada em processo seletivo de uma empresa privada. Antes da contratação, a empresa recusou-se a instalar no sistema interno de trabalho um programa leitor de tela de baixo custo, alegando que não havia obrigação legal específica e que Lívia deveria se adaptar às ferramentas existentes. Lívia procurou a Defensoria Pública, que examinou o caso à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, ambos incorporados ao ordenamento brasileiro.

Sobre esse tratado e sua aplicação ao caso, é correto afirmar que

(A) a recusa de adaptação razoável que não imponha ônus desproporcional é discriminação por deficiência, e a Convenção tem, no Brasil, hierarquia de emenda constitucional.

(B) a recusa de adaptação razoável é discriminação por deficiência, mas a Convenção tem status apenas supralegal, como os demais tratados de direitos humanos ratificados.

(C) esgotados os recursos internos, Lívia pode levar o caso diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão de monitoramento da Convenção.

(D) a Convenção adota o modelo médico, que define a deficiência pela limitação física, mental ou sensorial em si, independentemente das barreiras do ambiente.

(E) a adaptação razoável é exigível em qualquer circunstância, inclusive quando impuser ônus desproporcional ou indevido a quem deva realizá-la.

Ciências Forenses

Questão 20

Em um local de homicídio, a equipe pericial encontrou uma camiseta com manchas de sangue ainda úmidas e uma bituca de cigarro descartada perto do corpo. A autoridade policial pretende que os dois vestígios sejam encaminhados para exame de DNA, com a maior chance possível de obtenção de perfis genéticos úteis.

Sobre a coleta e a preservação desses vestígios, assinale a afirmativa correta.

(A) A secagem da camiseta deve ser acelerada com fonte de calor, como um secador, pois quanto mais rápida a secagem, mais preservado fica o DNA.

(B) A camiseta deve ser acondicionada ainda úmida em saco plástico bem vedado, para impedir a perda do material biológico até a chegada ao laboratório.

(C) A camiseta deve secar à temperatura ambiente, sem calor direto, e ser acondicionada em embalagem de papel, pois a umidade retida favorece a degradação do DNA.

(D) O DNA do sangue é extraído das hemácias, as células mais numerosas da amostra, o que torna dispensáveis cuidados especiais de conservação.

(E) A bituca não serve ao exame de DNA, pois a saliva não contém células nucleadas, e deve ser reservada ao exame de impressões papilares.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0603-74E0 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.